

Expedições e Arraiais nas Ribeiras de Açú, Piranhas, Piancó, Seridó e Jaguaribe em fins do século XVII

MARIA SIMONE MORAIS SOARES*

MARIA BERTHILDE MOURA FILHA**

Introdução

Com o fim da ocupação holandesa, em 1654, verifica-se a colonização portuguesa dos sertões das capitanias que hoje compõem o Nordeste do Brasil, através da expansão da pecuária. Tal processo foi marcado pela resistência dos povos indígenas que, procurando defender seus territórios, induziram uma série de conflitos denominados na documentação do período de “Guerra dos Bárbaros”, os quais, em fins do século XVII, ficaram acirrados nas ribeiras do Açú (Capitania do Rio Grande¹), na ribeira de Piranhas, Piancó e Seridó² (Capitania da Paraíba) e de Jaguaribe (Capitania do Ceará). Diante desses fatos, e para garantir o território, o Estado português determina a formação de pontos militares, chamados de arraiais, em áreas estratégicas de cada uma dessas ribeiras, objetivando a “limpeza” dos povos indígenas rebelados para posterior ocupação.

Os pontos militares formados foram o Forte do Cuó (1683), Arraial de Piranhas (1687), Arraial de Açú (1687) e Arraial de Jaguaribe (1690), os quais deram origem, no século XVIII aos primeiros núcleos urbanos nas ribeiras estudadas, que foram, respectivamente, Povoação do Caicó (atual cidade de Caicó no Rio Grande do Norte), Povoação de Piranhas (Atual cidade de Pombal na Paraíba), Povoação do Açú (atual Cidade de Assu no Rio Grande do Norte) e Vila do Icó³ (Atual cidade de Icó no Ceará). Além disso, a movimentação das tropas, oriundas principalmente de Pernambuco, Bahia e das capitais das Capitanias, estimularam a formação de uma série de rotas que, possivelmente, foram os primeiros caminhos estruturadores de uma rede urbana nos Sertões da Paraíba, Ceará e Rio Grande. Assim, revela-se a importância de compreender o processo de formação de arraiais e expedições à ribeiras estudadas.

* Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU / UFPB

** Prof.^a Dr.^a do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU / UFPB

¹ O Rio Grande do Norte, no período estudado, era denominado somente de Rio Grande.

² Atualmente, a área dominada pela bacia do Rio Seridó pertence ao Estado do Rio Grande do Norte, porém, algumas evidências documentais mostram que, até por volta de metade do século XVIII, pertenceu à Capitania da Paraíba.

³ Icó foi elevada a condição de vila em 1735, sendo a primeira vila do espaço estudado.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Diante do exposto, o artigo pretende discutir a instituição dos arraiais e caminhos responsáveis pela formação dos Sertões do Seridó, Piranhas e Piancó, Açu e Jaguaribe em fins do século XVII. Também tem por objetivo espacializar essas formações em uma cartografia

retrospectiva. Defende-se a ideia de que, embora fossem capitânicas diferentes, as estratégias de formações dos arraiais e caminhos foram as mesmas nos espaço estudado, o que demonstra os limites imprecisos desses Sertões, bem como a estreita ligação administrativa e política entre eles.

Embora a “Guerra dos Bárbaros” seja o palco dos acontecimentos, deixa-se claro que não se pretende discutir aqui uma história dos povos indígenas para a área estudada, trabalho feito por autores como Taunay (1936), Pires (1990), Medeiros (2000) e Puntoni (2002). O foco está voltado para as estratégias elaboradas pelos agentes do Estado Português (a Coroa e os seus representantes) na constituição desses espaços.

O trabalho é resultante da pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2010 e 2012 no âmbito do PPGAU – UFPB⁴, cujo objetivo estava voltado para a compreensão da formação e a estruturação da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó na Capitania da Paraíba durante o século XVIII. Teve por base uma revisão historiográfica do tema e a pesquisa documental em arquivos como o AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), os Documentos Históricos do Arquivo Nacional, o Acervo do Cartório I Ofício de Notas “Cel João Queiroga” (Pombal-PB), o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e o Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em duas partes: na primeira, discute-se a formação dos arraiais; na segunda, trata-se da formação dos caminhos que resultaram das expedições para os arraiais.

Os Arraiais

No século XVII e XVIII, o vocábulo arraial era entendido, conforme o dicionário de Rafael Bluteau, como “[...] um alojamento de hum exército na campanha [...]” (1713:544). Era, assim, um acampamento militar, onde o Estado lançava suas tropas em momentos de conflitos. Mas, nem sempre tinha esse caráter, na região de Minas Gerais, por exemplo, apresentava-se como acampamento para a população que se estabelecia no garimpo do ouro.

Nos Sertões da Paraíba, Rio Grande e Ceará, durante o século XVII, os arraiais aparecem na documentação com pontos fixos no território com o caráter militar e seu surgimento estava atrelado à “Guerra dos Bárbaros”, como será demonstrado posteriormente. Eles eram estabelecidos a partir de estratégias do Estado, como foram os aqui estudados, ou por interesses dos fazendeiros de gado, visto que muitas fazendas nos Sertões, diante da

⁴ Pesquisa financiada pelo Programa de Bolsas da Capes/CNPq.

resistência dos povos indígenas à ocupação, e da ausência da administração e da justiça, eram verdadeiras “fortalezas” de resistência, por isso, muitas delas receberam nomes de arraiais⁵.

A gênese dos arraiais instituídos pelo Estado no espaço estudado ocorreu com o fim do Período Holandês, em 1654, momento em que se intensifica o interesse da Coroa Portuguesa pelos Sertões, como substrato das ameaças de invasão estrangeira do território ao longo do processo histórico, além da preocupação em garantir as fronteiras com a Espanha e tirar proveito das terras conquistadas. Assim, houve um investimento em medidas de controle do território, como uma “[...] forma de garantir a segurança da Colônia à luz de novos ataques estrangeiros, como ocorreu nas invasões holandesas. E por último, pelo próprio produto em si, quando a criação de gado começa a se tornar atividade com vistas à exportação”. (PIRES, 1990:37)

Contudo, a colonização portuguesa não ocorreu de forma pacífica, mas, através da resistência dos povos indígenas que habitavam o local, o que favoreceu a formação de vários conflitos, que ficaram conhecidos como “Guerra dos Bárbaros”, já referidos anteriormente. Tratava-se de embates travados entre “[...] os colonos e os povos nativos do grupo denominado Tapuia⁶, inserida no contexto da expansão da pecuária nos sertões nordestinos durante a segunda metade do século XVII e início do século XVIII” (PIRES, 1990: 17). Tais conflitos geraram a maior movimentação de militares para os Sertões e também a fundação dos arraiais.

Medeiros (2000) aponta que os conflitos da “Guerra dos Bárbaros” aconteceram em várias partes do território do interior do atual Nordeste, principalmente, no Recôncavo Baiano (segunda metade do século XVII); nos Sertões da Capitania de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará (em fins do século XVII e primeira metade do século XVIII); e no Sertão do Maranhão e Piauí (no século XVIII). Aqueles que interessam ao trabalho são os que ocorreram nas Capitânicas de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande, mais especificamente, que foram intitulados na documentação e por alguns historiadores de “Guerra do Açú”, cuja duração esteve entre fins do século XVII até por volta da primeira metade do século XVIII, sendo mais acirrado nas últimas décadas do século XVII, recorte temporal do presente trabalho.

⁵ A pesquisa sobre o Sertão de Piranhas da Capitania da Paraíba realizada nas Datas de Sesmarias do AHEP, publicadas por Tavares (1982), revelou a existência do Arraial Queimado, Arraial da Formiga, Arraial da Canoa, Arraial do Pau-Ferrado e Arraial Seco. A discussão sobre esses Arraiais encontra-se em Soares (2012).

⁶ O Termo “Tapuia” está relacionado a uma das primeiras tentativas de classificação dos povos indígenas no Brasil, que, segundo Medeiros, fez-se se utilizando os critérios linguísticos: “[...] procedimento adotado inicialmente pelos missionários jesuítas desde o início da colonização para distinguir os povos falantes de línguas ligadas ao tronco Tupi e espalhados por quase toda a costa durante o período de contato inicial e os outros, chamados genericamente de Tapuias.” (MEDEIROS, 2000:26)

Sobre a “Guerra do Açú”, Pires (1990: 65) destaca que pelo fato dos povos indígenas serem muitos e conhecerem a área melhor, “[...] o início da guerra progredia a seu favor. Os colonos, que enfrentavam sérias perdas e danos, começaram a pressionar as autoridades para que preparem expedições militares contra esses povos.” Muitos foram os esforços neste sentido e autores que tratam do assunto, como Taunay (1936), Pires (1990), Medeiros (2000), Puntoni (2002) e Silva (2010) referem-se a uma série de expedições de várias naturezas para contê-los, constituindo-se dos seguintes tipos de tropas:

[...] tropa burocrática, ou seja, o exército profissional português, conhecido também como tropa regular ou tropa de linha; as tropas institucionais – milícias e ordenanças. Essas últimas são classificadas como institucionais devido ao fato de serem organizadas e sancionadas pela Coroa, mas, de não serem profissionais, nem pagas, nem permanentes. Contrapõem-se, em geral, tanto às tropas burocráticas quanto às tropas irregulares; nesta última categoria estando classificados todos os tipos de tropa de cunho privado, organizadas à revelia do Estado, mas sob a órbita da sociedade colonial, como as tropas dos senhores de engenho e as bandeiras. (SILVA, 2010: 247)

Assim, o combate na Guerra dos Bárbaros foi feito a partir da presença dessas tropas, as quais se organizavam em terços burocráticos, institucionais ou privados, conforme a definição de Silva (2010). Para compreender o terços, Pires (1990) diz que eram:

[...] Chefiados por um Mestre-de-campo que comandavam alguns Capitães da Infantaria, seus soldados e uma certa quantidade de índios armados, retirados das aldeias missionárias. Era comum, também, a participação de criminosos e degradados nesses terços, pois recebiam perdão do crime se fossem lutar contra os povos indígenas [...]. (Pires, 1990:28)

Os terços burocráticos eram, portanto, formados pelo comando de um mestre-de-campo de tropas burocráticas e organizavam-se a partir de Olinda e Recife. Nesta classificação, no espaço estudado, atuaram os terços de Manoel Soares de Abreu e Antônio de Albuquerque Maranhão. Por sua vez, os terços institucionais eram chefiados por um mestre-de-campo de milícias ou ordenanças, sendo exemplos os terços dos Henrique⁷, o de Jorge Luis Soares e as infantarias de ordenanças de Antônio de Oliveira Ledo. Em relação aos terços privados, entre os quais se destacaram os bandeirantes paulistas, nos conflitos da Guerra dos Bárbaros na Paraíba, Rio Grande, Pernambuco e Ceará, foram chefiados por Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso e Morais Navarro, e enviados pelo Governo Geral do Brasil. Sobre a atuação destes, Puntoni (2002), tece a seguinte colocação:

Os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga particularizaram-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão [...] Essas ‘bandeiras’ paulistas tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena. Sabiam manejar a situação de carência alimentar e eram destros para a navegação nos matos fechados, nos cerrados ou caatingas. (PUNTONI, 2002:196)

⁷ Tropa de negros livres formada durante as guerras holandesas por Henrique Dias. (Silva, 2010, p. 91)

Diante dessas particularidades dos Paulistas, durante o fim do século XVII e primeira metade do XVIII, foi incentivado, segundo Pires (1990), o “bandeirismo de contrato”, principalmente pelo Governo Geral do Brasil, o qual entendia como de extrema importância utilizar a experiência destes sertanistas para conter os conflitos com os povos indígenas.

A partir do exposto, passa-se a uma tentativa de espacializar a movimentação desses terços e os principais fatos relacionados à Guerra dos Bárbaros, mais precisamente à Guerra do Açú, ordenando-os cronologicamente segundo Silva (2010), Pires (1990) e Puntoni (2002), acrescentando outras informações encontradas na documentação e na historiografia paraibana. O objetivo é sintetizar os momentos mais representativos para, posteriormente, analisá-los e representá-los na cartografia (Ver Tabela 01).

Tabela 01 - Principais fatos relativos à Guerra dos Bárbaros nas Capitânicas do Rio Grande, Paraíba e Ceará

Data	Descrição
1687	Expedição de Manoel Prado Leão, de Natal para Açú
	Expedição do Terço de Manoel Soares de Abreu de Pernambuco para a região de Açú.
	Estabelecimento de Arraial de Açú por Manoel Soares de Abreu.
	Expedição do terço de Antônio de Albuquerque da Câmara para próximo a Açú, especificamente para a Casa Forte do Cuó .
	Antônio de Albuquerque da Câmara sai de Açú para a ribeira de Piranhas.
	Fundação de uma estacada na ribeira de Piranhas por Antonio de Albuquerque Câmara.
1688	Expedição de Manoel de Abreu Soares.
	Expedição do Terço de Henriques comandado pelo Mestre-de-campo Jorge Luis Soares, de Pernambuco para Assu.
	Expedição do Paulista Matias Cardoso, de São Paulo para São Francisco, em Pernambuco, no local chamado Reimanso.
	Chega a Açú Domingos Jorge Velho, vindo das Margens do São Francisco, onde estava organizando sua tropa para a empresa da Guerra dos Palmares.
1689	Expedição da Tropa do paulista Morais Navarro composta por 23 índios e brancos, como acréscimo para a tropa de Matias Cardoso.
	Saída de Jorge Velho do Assu para montar seu quartel no Rio Piranhas .
1690	Coronel Albuquerque Câmara já havia retirado seu arraial das Piranhas, devido à reforma feita pelo governador, que determinava a saída da infantaria paga, miliciana e Henriques do Sertão. Permanência dos terços Jorge Velho.
	Expedição de Matias Cardoso, nomeado mestre de campo e governador-geral do novo estilo de Guerra aos Bárbaros; Partiu de São Paulo, acampou no São Francisco, depois montou quartel na Ribeira do Jaguaribe , no Ceará.
1691	Em novembro, Matias Cardoso mudou o seu arraial do Ceará para o Açú, no Rio Grande. Os 800 homens do seu terço estavam reduzidos a menos de 200.
1692	Acordo de paz entre o Governador Geral do Brasil e os índios Janduís.
1695	Saída do Terço de Matias Cardoso do Açú.
	Ordem do Governador-geral para envio de índios do Ceará para a fronteira do Jaguaribe, desacompanhados de sua família.
	Manoel de Araújo Carvalho foi nomeado para combater os índios no Sertão de Pernambuco. Foi da Bahia para Pernambuco, instalando-se no Pajeú.

	Dissolução do terço de Matias Cardoso , devido ao fato do governador de Pernambuco jamais pagar o soldo dos oficiais e praças.
1696	Expedição de Afonso Albuquerque Maranhão , capitão-mor das entradas do sertão com 36 henriques de Pernambuco, 20 criminosos perdoados, e Janduís aldeados nas Guaraíras, Rio Grande.
	Expedição do terço do paulista Manuel de Morais Navarro (nomeado governador da campanha contra os índios do São Francisco ao Ceará) para Assu.
1699	Chacina de índios pelo mestre de campo Manoel de Morais Navarro (04 de agosto), em Jaguaribe, onde atraiu índios da tribo Paiacus, dizendo estar em missão de paz e fez chacina, matando mais de 400 e deixando cerca de 250 prisioneiros.
1700	Dissolução do Terço de Açú de Morais Navarro .
1715	Carta Régia sobre a conveniência de se extinguir o terço dos Paulistas do Açú.
Fonte: Silva (2010); Pires (1990), Puntoni (2002), Almeida (1978).	

Salienta-se que a data final da tabela não corresponde ao fim da Guerra dos Bárbaros que perdurou durante quase todo o século XVIII, corresponde, aproximadamente, ao período onde essa guerra ocorreu nas ribeiras de Piranhas, Assu e Jaguaribe.

Para espacializar os fatos expostos na **Tabela 01** foram de primordial importância as correspondências encontradas nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, entre o Governador Geral da Bahia e os Capitães-mores e oficiais da Câmara das Capitanias do Norte⁸, um conjunto de documentos que informam as diversas estratégias dos agentes do Estado. Nelas foram identificados, em 1688, quatro pontos fixos no território onde estavam instalados os quartéis ligados ao conflito da Guerra dos Bárbaros: um em Açú, sob o comando de Manoel Soares de Abreu; outro no Ceará, em Jaguaribe, que é sempre citado, porém não é exposto exatamente a quem pertencia; dois na ribeira de Piranhas, sendo um comandado por Antonio de Albuquerque e o outro por Domingos Jorge Velho. Estes quartéis, ou arraiais⁹, tinham jurisdição independente, ou seja, atuavam separadamente e sob as estratégias de seu mestre-de-campo, como segue descrito:

[...] Antonio de Albuquerque da Camara, a quem a exemplo do Paulista fiz agora Governador de toda a gente que tiver á sua ordem, com as mesmas preeminências, e soldo de Mestre de Campo, escrevendo a ambos, e ao Capitão-mor Manoel de Abreu Soares, que tenham todos jurisdição independente uns dos outros [...] mas que para o serviço de Sua Magestade se conformem entre si segundo a ocasião, tempo, e logar o pedirem. (D.H.B.N., V. 1: 337)

O documento evidencia que a jurisdição de cada arraial era independente, porém, que a atuação deles estava vinculada a uma estratégia global, à medida que deveriam se unir conforme necessidade e decisão da Coroa. Diante dessa observação, ficam entendidos quais os arraiais existentes e como eram comandados, cabendo agora identificar onde estavam localizados.

⁸ Capitanias do Norte eram Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará.

⁹ A denominação *Quartel* é sinônima de Arraial, como se observa na documentação consultada.

Em 1687, como mostra a **Tabela 01**, foi fundado o Arraial de Açú no Rio Grande, por Manoel Soares de Abreu, às margens do Rio Açú, onde hoje está localizada a Cidade de mesmo nome¹⁰. Em seguida, ainda no mesmo ano, são instalados os arraiais de Jaguaribe e de Piranhas. O primeiro localizou-se onde hoje é a Cidade de Icó, no Ceará, na confluência do Rio Salgado com o Rio Jaguaribe, e, embora sempre haja referência a ele, os documentos não informam quem estava no seu comando entre os anos de 1687 e 1690, quando o Paulista Matias Cardoso nele se instala. O segundo estava localizado na Capitania da Paraíba, onde, atualmente, encontra-se a Cidade de Pombal, na confluência do Rio Piancó com o Rio Piranhas, e esteve, até 1690, sob a jurisdição de Antonio de Albuquerque Câmara.

Além dos citados arraiais, outro ponto militar foi fundado na ribeira do Seridó, chamado *Casa Forte do Cuó*, onde hoje está instalada a Cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte. Esta casa forte, também pode ser considerada como um arraial, foi fundada antes mesmo dos arraiais de Açú, Piranhas e Jaguaribe, como apontam alguns documentos do Cartório de Pombal, levantados por Macedo (2004), que se referem a ela já em 1683. Este foi um ponto estratégico nos conflitos. Em 1687, Taunay (1936:36) registra uma expedição burocrática enviada a Casa Forte do Cuó, comandada por Antônio de Albuquerque Câmara, a partir de Olinda em direção ao Açú, a fim de aumentar as forças militares no conflito.

No mesmo ano de 1687, Antônio de Albuquerque Câmara sai da Casa Forte do Cuó, deixando nela instalada seu Sargento-mor, partindo para a ribeira de Piranhas, onde funda uma *Estacada*¹¹, a qual, segundo Horácio de Almeida (1966), estava localizada onde hoje é a Cidade de Pombal, na ribeira de Piancó. Tratava-se, pois, da fundação do Arraial de Piranhas. A escolha do local possivelmente decorreu do seu caráter de ponto estratégico para o combate contra povos indígenas, por estar no entroncamento dos dois principais rios da região, Piranhas e Piancó.

Antônio de Albuquerque Câmara ficou instalado no Arraial das Piranhas até 1690, provavelmente voltando para seu antigo posto na Casa Forte do Cuó, pois um documento de 1698 autoriza sua permanência neste local (MACEDO, 2004:06). Com sua saída, o Arraial de Piranhas fica sendo comandado por Constantino de Oliveira Ledo, que fora nomeado, em 1688, para o posto de Capitão-mor das Fronteiras de Piranhas, Cariris e Piancó, em substituição de seu tio, Antonio de Oliveira Ledo.

Na Capitania da Paraíba, além do Arraial de Piranhas, havia outro arraial comandado pelo mestre-de-campo paulista Domingos Jorge Velho, que chegou a Açú em 1688 e partiu

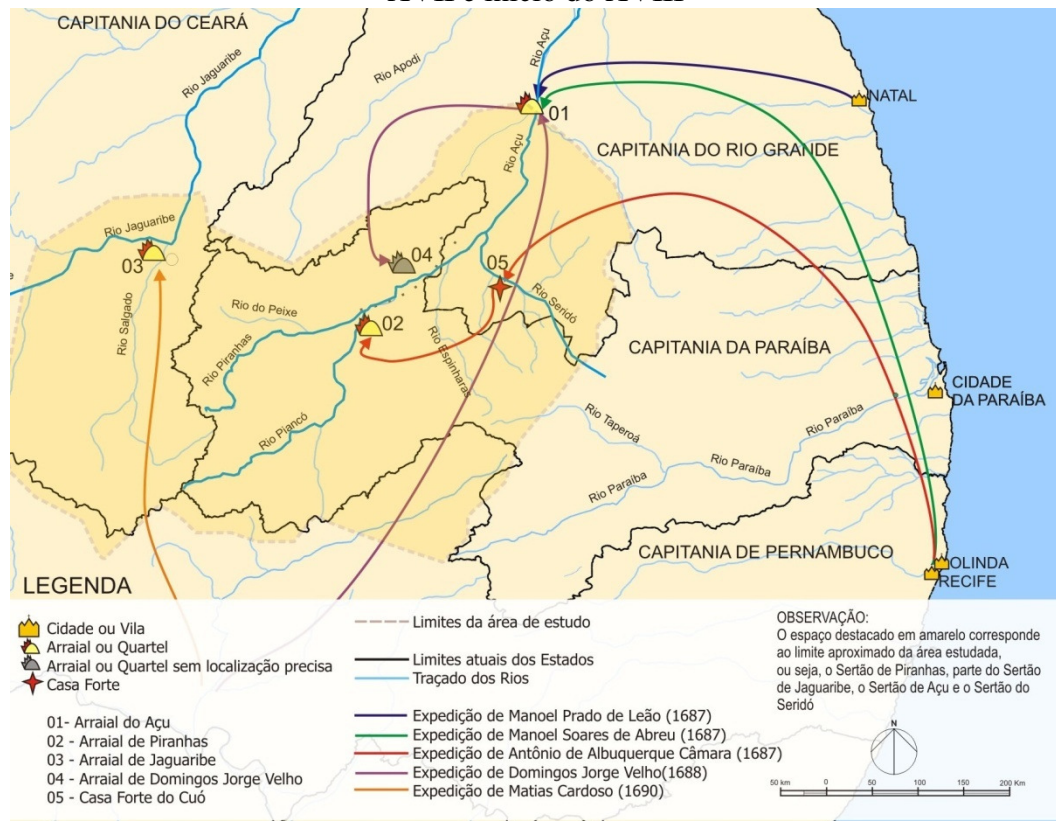
¹⁰ Antes da fundação do Arraial, já havia sido feita um expedição ao local, organizada na Cidade de Natal e comandada por Manoel Prado Leão, conforme exposto na Tabela 01.

¹¹ A denominação Estacada era sinônima de arraial.

para o rio Piranhas em 1689. A localização dele é imprecisa, contudo, Machado (1977) diz que foi chamado de Arraial da Formiga, mas não mostra a fonte de tal informação. Por outro lado, Almeida (1966) afirma que, embora os documentos oficiais informem que foi instalado no Rio Piranhas, por essa expressão “[...] entendia-se todo o alto sertão da Paraíba, das Espinharas ao Rio do Peixe e parte do Rio Grande do norte. A geografia da época estava ainda por definir-se. Há, contudo que admiti-lo no território rio-grandense.” (1966, p. 56)

Essa afirmação de Almeida (1966) pode ser questionada pela própria documentação por ele utilizada, visto que nos documentos está expresso que o quartel localizava-se no “rio” Piranhas e não no “Sertão” de Piranhas. Isso demonstra o fato de que este arraial tenha se instalado na margem do referido rio. Há também outro fato que merece ser exposto: Domingos Jorge Velho parece ter sido o único Paulista a instalar ponto fixo no Sertão de Piranhas e, nele, verifica-se a presença de um riacho, que deságua no Rio Piranhas, chamado Riacho do Paulista, onde foi identificado um arraial chamado *Queimado*. É bem possível que aí tenha se instalado o paulista, porém não há maiores indícios esclarecedores. A **Figura 01** sintetiza espacialmente os arraiais e as expedições tratadas.

Figura 01 – Arraiais e Expedições no Sertão de Piranhas, Assu e Jaguaribe em fins do século XVII e início do XVIII



Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010), PROVÍNCIA DA PARAYBA (1888) e Bless & Polemman (1848).

A cartografia revela a localização aproximada dos arraiais, deixando evidente a posição não precisa do Arraial do Paulista Domingues Jorge Velho. Revela também as

principais expedições, de onde partiam e o seu destino, descritas na **Tabela 01**. Nota-se que não há a especificação do traçado dos caminhos que as tropas percorriam, assunto que será discutido na próxima seção do artigo.

Os caminhos

Entendido a localização dos arraiais, parte-se para identificar as vias de comunicação por onde se mobilizaram as tropas, já que foram elas que consolidaram os primeiros caminhos da ocupação. Várias são as correspondências entre o Governador Geral do Brasil e o governador de Pernambuco, bem como entre aquele e os Capitães-mores da Paraíba, Rio Grande e Ceará, que fazem referências a estas ligações.

Em 1688, o Governador do Brasil envia uma carta ao Governador de Pernambuco, falando sobre o aviso que fez o Capitão-Mor da capitania do Rio Grande, Agostinho Cesar, aos Cabos Domingos Jorge Velho e Antonio de Albuquerque da Câmara, dos apertos que se encontravam nos conflitos com os “Bárbaros”, devido ao grande poder que estes tinham e sobre a falta de gente, armas, munição e mantimentos essenciais para o combate. Diante desse quadro, o Governador do Brasil resolveu contribuir para reverter a situação nos seguintes termos:

[...] me resolvi a mandar-lhe formar qua(re)nta arrobas de polvora fina, e cento e vinte de chumbo, que vão nesta sumaca¹² de João Alvares a entregar nesse Recife á ordem do Provedor da Fazenda João do Rego Barros, para elle remetter dahi a Parahiba, em outra embarcação por esta em que vão não ter Pratico¹³: e o Capitão-mor Amaro Velho mandar camboiar por terra pela distancia ser mais breve dos quartéis das Piranhas, a entregar tudo aos ditos dous Cabos para entre si o dividirem igualmente e por terra mando dous troços e gente um de cento e cinquenta homens brancos, e até trezentos Indios reduzidos das Aldeias, e vizinhanças de uma, e outra banda do Rio São Francisco pela parte do sertão, a entregar ao Mestre de Campo dos Paulistas Domingos Jorge Velho, e outro das Aldeias, e Ribeiras de duzentos brancos, e trezentos Indios juntos na Villa de Penedo para Antonio de Albuquerque da Camara [...]. (D.H.B.N, V. 10: 336-337)

Identifica-se, então, que, a partir da Bahia, a mobilização de ajuda, de munição e gente para o combate na Guerra dos Bárbaros se dava em duas rotas. A primeira ia pelo mar, do porto de Salvador, em uma sumaca, até o porto de Recife; de lá, seguia em outra embarcação para o porto da Cidade da Paraíba, indo desta para os quartéis da Piranha “[...] com a segurança necessária pelos riscos dos bárbaros” (D.H.B.N., V.10: 345), pelo caminho mais breve. Esta rota, que seria mais curta, portanto, mais protegida, era feita para evitar os

¹² “Barco pequeno, de dois mastros, muito usado, antigamente, na América do Sul.” (Dicionário Online de Português, disponível em: <http://www.dicio.com.br/pratico/>).

¹³ “Piloto, navegante que conhece bem determinado caminho marítimo.” (Dicionário Online de Português, disponível em: <http://www.dicio.com.br/pratico/>).

“assaltos” das munições, pelos povos indígenas. Assim, conclui-se que muito mais difícil que as munições chegassem ao seu destino indo diretamente da Cidade da Bahia por terra.

A segunda rota era feita por terra, a partir do Rio São Francisco, seguindo os roteiros mais próximos. Uma possibilidade era seguindo o Pajeú, entrando pelo rio Piancó até o Arraial de Piranhas. Outra seria subindo o Rio Moxotó, em Pernambuco, entrando no rio Paraíba, seguindo para os arraiais pelo rio Espinharas.

Para compreender o roteiro feito dentro do território da Capitania da Paraíba das munições enviadas aos arraiais é muito importante uma carta do Governador do Brasil, datada de 1688, ao Capitão-mor da Paraíba, na qual se recomenda maiores cuidados na condução do armamento, nos seguintes termos:

[...] A importância de serem socorridos é grande, mas igual a ella o perigo que pode ter no caminho este socorro; não só pela falta que lhes pode fazer, como por ficarem com elle os Barbaros tão acostumados ás armas de fogo, como os nossos, e não menos que ambas a brevidade. Pelo que tanto qe Vossa Mercê receber esta mande ajuntar todos quantos Indios houver das Aldeias de sua Jurisdição, e da gente miliciania cem homens escolhidos, e bem armados, e encarregando tudo ao Capitão da infantaria de maior valor com a sua Companhia a que prefaça do ramo das outras ao menos cincoenta infantes, e preparando cavalgaduras, mantimentos, e tudo o mais necessário para este comboi, a que assistirá o Provedor da Fazenda e Camara com a despesa, para a qual se não devem escusar os moradores dessa capitania como tão interessados na do Rio Grande, e dependentes do bom sucesso daquellaguerra; informando-se Vossa Mercê primeiro de todos os homens práticos dos caminhos que há dessa cidade até os nossos quartéis, **elegendo o mais breve, e o menos ocasionado a qualquer ostilidade dos Bárbaros**, e dos homens práticos dous outros para guias ponha Vossa Mercê em marcha tudo quanto antes puder ser o dito socorro, e escolta delle de tal forma que se segure de toda, e qualquer avançada dos Bárbaros que se offerecer: dando Vossa Mercê ordem ao dito Capitão que for por Cabo, e aos da Ordenança que o acompanharem que tanto que entregarem a dita polvora e chumbo aos dous Mestres de Campo, cobre recibo de um e outro, que trará a Vossa Mercê e Vossa Mercê remetterá ao Provedor-mor da Fazenda para a despesa do Almoxarife. [...] Bahia 6 de Dezembro de 1688. (D.H.B.N., V. 10: 151-153).

Fica evidente a preocupação para que a carga de munição chegasse aos arraiais, não só porque os cabos deles necessitam, mas também por que poderia ser assaltada pelos índios, o que era um problema, já que estes ficariam armados. Assim, deveria tomar o caminho mais breve, no qual houvesse menos ocorrências de hostilidades dos “bárbaros”. Diante do quadro, fica a pergunta: qual era esse caminho mais breve a ser tomado?

Antes de buscar respostas para o questionamento, cabe apresentar uma última colocação exposta em Carta de 02 de novembro de 1696, do Governador Geral, D. João de Lencastro, para o Governador de Pernambuco sobre um conflito no Rio Piancó, na qual identifica os mesmos roteiros da carta anterior, bem como a mesma preocupação, porém pontua outro destino:

[...] a qual serve só de vos dizer que o Capitão-mor das Piranhas Theodósio de Oliveira Ledo teve um bom sucesso com os Barbarosdaquelles sertões, sem mais favor, nem socorro que o do seu valor, e gente que pôde ajuntar. Pedir-me vinte

arrobas de pólvora, e quarenta de chumbo, e que ordeneis aos Cabos do Assu, e Jaguaribe lhe façam entradas. As vinte arrobas de pólvora, e quarenta de chumbo fareis camboiar até Goaianna, e dalli pelo caminho que mais breve for ás Piranhas; porque se não ache desprevenido aquelle lugar que Sua Magestade que Deus guarde tem particularmente encarregado esteja bem provido de tudo o que necessario for para a resistência dos Barbaros.[...]. (D.H.B.N., V.38:409-410)

Nota-se, pois, que nem sempre as ajudas enviadas da Bahia seguiam diretamente para o porto da Paraíba, pois, conforme o documento citado, pelo menos uma vez, essa carga permaneceu em Goiana, de onde partiu para a Paraíba. Exposto esse outro caminho, parte-se, então, para identificar quais seriam os “caminhos mais breves” para os Arraiais, tão citados na documentação.

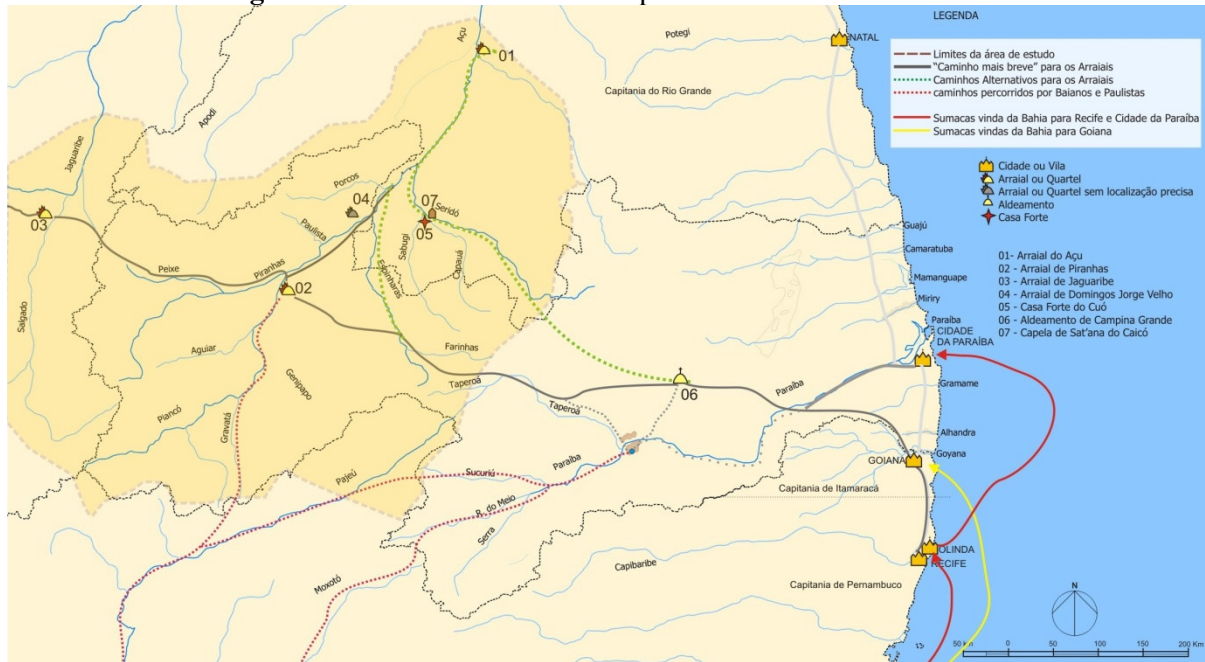
Até 1680, já haviam sido traçados caminhos de comunicação entre o Sertão de Piranhas e a Cidade da Paraíba, bem como entre aquele e Recife e Olinda. Portanto, os “caminhos mais breves” interligando esses espaços corresponderam a percursos já esboçados anteriormente. Poderiam seguir duas rotas: a primeira, partindo de Recife, ia para Goiana (ou partia desta, quando as embarcações aí ficavam) e, posteriormente, para as atuais cidades de Pedras de Fogo, Itabaiana, Ingá, Boqueirão de Cabaceiras, seguindo os rios Taperoá, Farinhas e Espinharas, até Piranhas, onde estavam os arraiais.

A segunda partiria de Recife, seguia para Goiana, posteriormente Pedras de Fogo, Itabaiana e Ingá, igualmente como a rota anterior. Depois seguia para o atual território de Campina Grande, onde, em 1697, teria sido instalado um aldeamento. De lá partia até o Rio Espinharas e, em linha reta para o Rio Piancó, chegando ao local onde havia o Arraial do Pau-Ferrado¹⁴. Daí, seguia para o Arraial de Piranhas, em seguida para os demais arraiais. Esta última rota foi bastante freqüentada, e é tratada na correspondência entre Teodósio de Oliveira Ledo e o Governador do Brasil, Dom João de Lencastro.

O último roteiro corresponderia àquele que partia da Cidade da Paraíba, seguia a estrada que margeava o Rio Paraíba até Ingá e, posteriormente, pegava uma das duas rotas anteriores. A síntese de todos os roteiros descritos está na **Figura 02**.

¹⁴ Um dos outros arraiais identificados no Sertão de Piranhas, possivelmente de um fazendeiro.

Figura 02 – Caminhos formados a partir da Guerra dos Bárbaros



Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010), PROVÍNCIA DA PARAYBA (1888) e Bless & Polemman (1848).

Portanto, o traçado das vias de comunicação que interligavam os Sertões de Piranhas, Açú, Seridó e Jaguaribe entre eles e com outras áreas do território, constituídos a partir da Guerra dos Bárbaros, seguiu os percursos justificados por alguns argumentos, como segue descrito:

- As expedições que partiam de Pernambuco foram feitas, principalmente, a partir da mobilização das tropas de terços burocráticos, por exemplo, o de Manoel Soares de Abreu ou/e de Antônio de Albuquerque Câmara. O caminho mais breve para os arraiais era traçado de Recife ou Olinda, seguindo pela Paraíba, depois para Ceará ou Rio Grande;
- A partir da Bahia, como demonstrado, havia a rota feita por mar, principalmente quando se tratava de munição e mantimentos, seguindo para Pernambuco, Recife ou Goiana, ou ainda para o Porto da Paraíba, de onde partiam, pelo caminho mais próximo, aos arraiais de Piranhas;
- Da Bahia, também partia a mobilização de tropas por terra, a partir do Rio São Francisco, penetrando no território do Sertão de Piranhas e Piancó, através dos Rios Pajeú e Moxotó;
- Da mesma forma, os bandeirantes paulistas, por exemplo, de São Paulo seguiam pelo Rio São Francisco. É bem possível também que fossem pelo Piauí, depois para o Ceará;

- Outras vias de comunicação foram feitas pelos terços institucionais, principalmente as ordenanças, através de Entradas, que eram organizadas pelos capitães-mores das Capitanias, partindo de suas capitais, ou seja, Cidade da Paraíba e Natal.

Nota-se, pois, que os argumentos e as rotas descritas correspondem ao que Abreu (2006) intitulou de “Sertões de Dentro” e “Sertões de Fora”, respectivamente, espaços ocupados pelas correntes vindas da Bahia e de Pernambuco.

Considerações Finais

O fim da formação dos arraiais se justifica pelo fato de as menções aos índios e às guerras irem sumindo na documentação, “[...] à medida que os índios que estabeleceram pazes e foram reduzidos em aldeias, tiveram suas aldeias transformadas em vilas e povoados, dentro das transformações impostas pela política indígena no período pombalino”. (MEDEIROS, 2005:02).

Contudo, a fundação dos arraiais analisados abre espaço para a colonização efetiva dos Sertões de Piranhas, Jaguaribe, Açu e Seridó. Nota-se que eles estavam localizados em pontos estratégicos, principalmente próximo a confluência de rios e dos caminhos que se formaram, o que tornou as povoações surgidas a partir deles os pontos nodais mais importantes na rede urbana a partir do século XVIII, fato que se comprova pelo fato de todas elas terem sido elevadas a categorias de vilas: Arraial de Jaguaribe, em 1735 transforma-se em Vila do Icó, os demais, dentro da política pombalina na segunda metade do século XVIII serão, Vila de Pombal (1772), Vila Nova do Príncipe (1788 – Caicó) e Vila Nova da Princesa (Assu – 1788).

Por sua vez, os caminhos de ligação que se formaram em decorrência da Guerra dos Bárbaros transformaram-se nas principais rotas de gado das capitanias da Paraíba, Ceará e Rio Grande, as quais foram estruturadoras da rede urbana que se constituiu posteriormente nesses espaços.

Referências

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Volume 1 e 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino**. Lisboa; Oficina de Pascoal da Sylva, 1713. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>.

- GONÇALVES, Regina Célia (Org.). **A Questão Urbana na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1999.
- JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **Primórdios da rede urbana cearense**. Fortaleza: Edições UFC – Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Os Documentos do Cartório de Pombal-PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do Rio Grande do Norte. In: **Mneme, Revista de Humanidades**. V. 05. N. 12, out./nov. de 2004.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2000.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América portuguesa. In: OLIVEIRA, C.M. & MEDEIROS, R.P. (orgs.). **Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Universitária, 2007.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: Fundarpe, 1990.
- POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru, S.P.: EDUSC, 2003.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil. 1650/1720**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2002.
- SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, Freguesias e vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)**. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1962.
- SEIXAS, Wilson Nóbrega. Pesquisas para a História do Sertão da Paraíba. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: 1975.
- SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras – A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos Séculos XVII e XVIII**. Recife: Cepe, 2010.
- SOARES, Maria Simone Morais. **Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2012.
- TAVARES, João de Lyra Tavares. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Edição Fac- similar. Coleção Mossoroense, 1982.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. A Guerra dos Bárbaros. In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, 1936.

Fontes Documentais

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional:

D.H.B.N., V.10, p. 336-337 – CARTA do Fr. M. Arcebispo Governador do Brasil para o Bispo Governador de Pernambuco (04 de dezembro de 1688)

D.H.B.N., V.10, p.337 – CARTA do Fr. M. Arcebispo Governador do Brasil para o Provedor da Fazenda de Pernambuco João do Rego Barros (04 de dezembro de 1688)

D.H.B.N., V.10, p. 343-346 – CARTA do Fr. M. Arcebispo Governador do Brasil para o Capitão Manuel de Abreu Soares do Rio Assu (06 de dezembro de 1688)

D.H.B.N., V.38, p. 325 – 328 – CARTA do Governador do Brasil, Dom João de Lancastro, para Agostinho Cesar de Andrade, Capitão-mor do Rio Grande (02 de novembro de 1694).

D.H.B.N., V.38, p. 331 – 334 – CARTA do Governador do Brasil, Dom João de Lancastro, para o Governador e Capitão Geral de Pernambuco, Caetano de Mello de Castro, sobre a Guerra do Bárbaros no Rio Grande (20 de maio de 1695).

D.H.B.N., V.38, p. 337 – 338 – CARTA do Governador do Brasil, Dom João de Lancastro, para o Capitão-Mor da Capitania da Parahiba, Manuel Nunes leitão sobre mandar prover com Aldeias os postos dos Rio Jaguaribe, Assu e Piranhas (21 de maio de 1695).

D.H.B.N., V.38, p. 409-410 – CARTA do Governador do Brasil, Dom João de Lancastro, para Governador de Pernambuco Caetano de Mello sobre o socorro que há de mandar de pólvora para a guerra do Pinhancó (02 de novembro de 1696).

Cartografia:

BLESS, Carlos & POLEMANN, David. **Mapa das principais vias de comunicação da província da Paraíba, levantado por ordem do excelentíssimo senhor tenentecoronel Henrique de Beaurepaire Rohan, digníssimo presidente da mesma província.** Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1858. Cota 4Y/MAP.077.

CARTA Topographica e Administrativa das Províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1848.

NIEMEYER, Jacobo de. **Carta Corographica da Parahyba do Norte, extraída da Carta Corographica do Império do Brazil.** Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1850.

PROVÍNCIA DA PARAÍBA Esboço Corográfico, 1888. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1888.